

## A VITALIDADE DA RETÓRICA: ATRAVESSANDO OS SÉCULOS

Lineide Salvador Mosca\*

**RESUMO:** A reflexão sobre a Retórica ao longo de sua trajetória e com vistas a uma avaliação de sua atualidade toca de perto à questão de sua natureza, de seus limites e alcance. Diversas funções lhe foram sendo atribuídas segundo os diferentes modos de pensar o mundo e as coisas, isto é, nos diferentes paradigmas. Restrições e alargamentos foram responsáveis por crises e questionamentos ou trouxeram pontos altos e valorizações até excessivas. A Retórica tem sido colocada à prova pelos mesmos princípios que a norteiam internamente e que fazem parte de sua própria natureza : campo propício à controvérsia, à discussão e ao debate e, conseqüentemente, à formação de opinião. Não é, pois, de estranhar tenha ela sido palco de divergências, de crença/descrença, de aceitação/rejeição. Esse cenário leva o presente estudo a uma *mise au point* que destaque os pontos básicos sobre os quais ela se baseia ao longo de sua história e que são responsáveis pelo seu reflorescimento contínuo e pela vitalidade que desfruta nos tempos atuais, tanto por seu caráter teórico (como teoria do discurso) quanto prático (construção e elaboração do discurso em suas diversas modalidades). As questões sobre identidade que se colocam em nossos dias remetem a noções caras à Retórica, tais como as de senso comum, de partilha de valores, de adesão e outras. Nosso objetivo é mostrar que o espaço de confronto de intersubjetividades, próprio da argumentação, é também um espaço de encontro, de possibilidade de mudança e de interação. Estamos hoje bem próximos dos conceitos originais da Retórica e de seu sistema de princípios integrados. Como ação sobre o entendimento e a vontade, ela conjuga as capacidades intelectivas e afetivas, tratando-as como indissociáveis, sendo essa uma de suas grandes forças na atualidade.

---

\* FFLCH/USP

**Palavras-chave:** Discurso; Retórica; Argumentação; Persuasão; Negociação; Acordo.

O presente artigo coloca-nos diante da oportunidade de fazer uma revisão crítica sobre a disciplina milenar constituída pela Retórica, uma das mais respeitadas desde a sua fase mais antiga, no que toca aos estudos do discurso e de seus procedimentos.

Tendo a argumentação e a persuasão como centro de suas preocupações, ou seja, uma teoria do discurso persuasivo, – tal como postulada por Aristóteles que sistematizou aquilo que se praticava nos tribunais, nas assembléias, nas praças públicas, – a Retórica está sempre em pauta, uma vez que essas atividades fazem parte do dia a dia de todo cidadão em seu fazer comunicativo. Apesar de as circunstâncias em que nos encontramos hoje serem bem diferentes das de sua origem na Antiguidade, os mecanismos argumentativos não diferem em muito daqueles processados pelas comunidades que deles se valiam para a consecução de seus objetivos. Trata-se, portanto, de escolhas deliberadas, que têm um alvo certo e um destinatário também configurado a seus olhos. Essa perspectiva nos leva a indagar o que significa argumentar e por que é que se argumenta, recaindo-se necessariamente nas formas de agenciamento das idéias e no modo de conduzi-las aos propósitos desejados.

Num quadro teórico já reexaminado à luz de outras teorias que foram emergindo ao longo dos tempos, destacam-se na atualidade estudos que enfatizam o caráter essencialmente argumentativo da própria língua, outros que dão ênfase à argumentação como um acontecimento enunciativo, ainda há aqueles que se situam sob um prisma essencialmente pragmático, em que a legitimidade dos argumentos não é garantida senão dentro de um determinado paradigma e não por seus próprios méritos de convencibilidade. Pensa-se também,

depois dos estudos sobre ética e cidadania, numa argumentação crítica, baseada na convivialidade e que estimula o trato com a diferença e o respeito à alteridade, numa sociedade plural, a despeito dos efeitos da globalização. É evidente que essas diversas abordagens podem vir conjuntas, uma vez que a própria atividade argumentativa as autoriza, por sua natureza e função. O lugar do memorável, daquilo que é armazenado pela memória coletiva vem a constituir o pano de fundo presente em toda e qualquer argumentação. Há que contar com o conjunto de idéias, crenças e sentimentos aceitos pelas comunidades em questão. A *doxa*, enfim, vigente em determinada época ou sistema.

Em virtude de o âmbito próprio da argumentação ser o da controvérsia e não o da unanimidade, decorrem necessariamente implicações éticas envolvidas nas situações de conflito em que ela se dá, pelo choque da diversidade de pontos de vista, lugar da opinião, e pelos interesses em jogo. É quando entra em cena a ação retórica da atividade argumentativa, que pretende levar à persuasão e conseqüente adesão a um determinado ponto de vista. O diálogo é, então, a melhor forma de negociação. Fala-se, em nossos dias, em aproximação entre culturas diferentes, bem como em articulação de saberes que, somando-se, contribuem para o alcance de melhores soluções. Não se trata de categorias absolutas, mas de formas diversas de concepções, guardando cada uma das partes envolvidas a sua visão de mundo.

No fundo de tudo, está mesmo a questão do sentido e este também é negociado, em se tratando de argumentação. Isto, porém, em termos, porque o sentido nos ultrapassa e é uma ilusão pensar que o detemos e que estamos na sua origem. Mesmo nas escolhas voluntárias, há todo um conjunto de dados que não nos pertencem individualmente e que estão subjacentes nas trocas e práticas comunicativas, vale dizer, nem todas as opções estão sob nosso domínio. Vê-se, pois, que a argumentação não dá conta de todo o processo discursivo e que ela depende de uma semântica mais global.

É ela, entretanto, parte essencial para fundamentar pontos de vista, para ganhar a adesão do outro, para entrosar saberes e sentimentos.

Conforme se pode depreender, não é atividade fácil a de chegar a um consenso nessas condições e, muitas vezes, são dolorosos os trâmites envolvidos. Assim, a negociação é uma etapa importante do processo argumentativo, comportando avanços e recuos, concessões e habilidades no trato das questões. A mediação retórica através da argumentação se faz necessária para o bom entendimento e para uma troca salutar e eficaz, em que as perdas e ganhos sejam partilhados, não se estigmatizando a situação em perdedores e vencedores.

Considerando o fato de que a Retórica, ao longo de sua trajetória não se restringe a um determinado objeto discursivo, nem a um gênero próprio e determinado, servindo a todas as línguas e às culturas, poder-se-ia pensar que ela independe de elementos éticos. Não é, entretanto, o que se dá, inseparável que é das diversas práticas sociais.

Conquanto Aristóteles tenha sido o sistematizador dos princípios básicos da Retórica e da Poética, dando corpo a essas disciplinas teorizadoras do discurso na Antiguidade, não resta dúvida de que a Política foi o grande destaque de sua obra e, entremeada nesta, a Ética. Para ele, Ética e Política andam absolutamente juntas e se apresentam quase como sinônimas, podendo-se falar em vontade ética e em sentido político. Ao tratar do Bem Supremo, na *Ética a Nicômaco*, que para ele seria o bem-estar individual e coletivo, Aristóteles afirma que “esse fim parece pertencer à mais superior das artes, ou melhor, àquela que realmente é a arte suprema. E a política parece ser dessa natureza” (I, 1094<sup>a</sup>). Unindo o individual e o coletivo, a preocupação básica seria, então, a formação do cidadão como ser político, em que a comunidade, a nação, o Estado alçariam ao primeiro plano. Sob essa perspectiva a ação humana só teria sentido se vinculada à vida da coletividade, sob o testemunho e a validação constante do outro, sendo que é o âmbito político que permitiria essa interação.

Os problemas práticos do comportamento humano procuram sua solução num núcleo de normas, atos, juízos ou argumentos a fim de justificar as atitudes tomadas. O fenômeno ético é, pois, intrínseco ao comportamento humano. Entretanto, a obra de Aristóteles não se apresenta como um conjunto de regras e de princípios morais, e sim com a preocupação básica quanto ao caráter do cidadão, concebido como um querer racional, ou seja, como uma atividade da razão e da vontade, em que têm assento a virtude e a honra. Para ele, dada a sua preocupação educativa, o saber escolher é fundamental, mas se trata de uma escolha consciente.

O que presenciamos, entretanto, em nossos dias, é uma disjunção cada vez maior do ético e do político, diante da profusão de fatos ligados à corrupção, ao suborno, a atitudes ditatoriais, a exclusões étnicas e sociais. A questão dos meios e dos fins constitui um ponto delicado para a Retórica, uma vez que para a consecução dos objetivos perseguidos deve-se munir de um arsenal de recursos e de técnicas, sem contudo desvincular-se dos princípios éticos. Falou-se até numa retórica marrom, sob essa suspeição, ou seja, aquela para a qual seriam válidos todos os meios possíveis para atingir os fins almejados.

Dentro desse quadro, a argumentação se torna uma atividade essencial, quer o seu foco esteja na mensagem, quer na própria interação construída no processo argumentativo. Justificar, dar explicações, fazer afirmações ou declarações sobre o que se considera incerto, mas provável, sobre o que se crê ou o que se aprecia, sem ter que dar provas contundentes, próprias da demonstração (do apodítico), faz parte do ato de argumentar, qual seja, dar razões plausíveis, aceitáveis a um determinado auditório, seja ele um leitor ou um ouvinte. Pode-se dizer que a argumentação é tradicionalmente ligada à retórica, conforme apontam Perelman (*o Império Retórico*) e Meyer (*A Retórica*), a ponto de nem sempre haver necessidade de distingui-las. Veja-se o título do *Tratado* de Perelman e Tyteca, em que as duas designações estão presentes: *Tratado da argumentação: A Nova Retórica* (orig. 1958).

Agir retoricamente, uma vez que falar é agir sobre o outro, requer, portanto, a consideração das predisposições do auditório, o conhecimento de suas crenças e valores e a aceitação do fato de que as colocações não podem ser coercitivas, em última análise, tratar-se-á de uma argumentação colaborativa ou crítica. As pessoas reagem, uma vez que a influência exercida não é inquestionável e que há que contar com a experiência acumulada, além da memória já atrás mencionada, surgindo então os desacordos. É por este motivo que a Nova Retórica dá tanta ênfase ao que chama *assentimento*. São palavras de Perelman & Tyteca ao definir a teoria da argumentação em seu *Tratado*: “Com efeito, o objeto desta teoria é o estudo das técnicas argumentativas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento” (p.04). Pode-se dizer que assentimento é aceitação e que esta pode conduzir à adesão desejada, isto é, à persuasão final. Neste fazer retórico, a sedução desempenha um papel dos mais relevantes.

O raciocínio retórico parte do já conhecido para postular alguma nova posição, o que já é uma forma de acordo, aliado à predisposição para discutir, primeiro passo do processo argumentativo, que permite avançar outras propostas e direções, isto é, apresentar o diferente ou o novo, fundamentando-o nas mais diversas razões.

A retórica vista hoje como ação do homem sobre outros homens assume um caráter pragmático-enunciativo discursivo, uma vez que na enunciação se encontra enraizada a intenção de influenciar o outro e de ganhar a sua adesão. Entram, portanto, não só os componentes lógicos sob o ângulo da racionalidade, mas as disposições psicológicas devidas às emoções, à afetividade e aos estados patêmicos em geral. Todos esses atributos conjugados é que levam a atividade argumentativo-persuasiva a culminar na sedução. Ela não se dá de forma unilateral, mas entre as partes, que podem aceitar ou rejeitar o proposto. É o pleno campo da intersubjetividade, com avanços e recuos, em que o *ethos* das

partes, com as representações que tramitam e as imagens que projetam, e o conseqüente despertar dos respectivos *pathos* se orquestram num jogo sutil de convencimento e de persuasão. O *logos* é também o lugar do provável, do possível, da opinião e, por extensão, das paixões, sendo também capaz de emocionar. Portanto, o retórico pode se enunciar também neste âmbito, que não é um nicho incólume a componentes de ordem emocional. A racionalidade, contrariamente ao que se pode pensar, está na base dos sentimentos morais, das crenças e das reações experimentadas, do domínio do “vivido”.

É pela argumentação que se pode legitimar o discurso que se aplica à moral. Bárbara Cassin, conhecida helenista, em Congresso realizado em Paris, afirmou que seria uma vergonha se a verdade (aqui, o Bem) não sobrepujasse o falso, por falta de uma defesa (Argumentação) condizente e eficaz.

Há que se considerar o fato de que a racionalidade e a emoção fazem parte integrante da atividade argumentativa, em que se somam a voz da razão e das paixões, diante dos fatos, das reações e das atitudes. Estas, por sua vez, apontam o lugar do humano, do contingente, por abrigarem oposições alternativas e ambigüidades. Como não existe sujeito sem essa contingência que o afeta e que ele tem de encarar, mostrando a sua fragilidade, fica a questão da liberdade comprometida com a ética e a ação.

Deve, entretanto, haver um acordo entre as partes, por mínimo que seja, como ponto de partida, para que se possa iniciar o debate ou a negociação do alvo da argumentação. A simples disposição para o diálogo já constitui um início de acordo e uma condição básica para que o processo argumentativo possa se desenrolar, caracterizado como é pela controvérsia, pela divergência de pontos de vista, pela existência de uma situação conflitual. Além disso, outro ponto comum é o domínio das idéias partilhadas, daquilo que não se discute e que constitui o núcleo aceito pelos envolvidos no processo de negociação.

Do ponto de vista da Retórica, pode-se associar a questão do elemento emotivo aos valores da *doxa* do auditório, ou seja, a emoção vem sustentada e justificada por razões aceitas consensualmente, tal como os lugares comuns, o reconhecimento das paixões, que se vêem assim fundamentadas e legitimadas.

Dois tipos de acordos podem servir de premissas para uma argumentação: os relativos ao real, que têm a pretensão de serem válidos para o auditório universal e os relativos ao preferível, que pretendem a adesão apenas dos auditórios particulares, sendo relativos a valores e hierarquias. Os lugares, também chamados *lugares comuns*,

são os da *quantidade* (algo é melhor por razões quantitativas) e da *qualidade* (dá valor não à quantidade, mas ao que é único, raro). Há ainda os lugares da *ordem* (afirma a superioridade do que é anterior ou posterior, do que é causa ou princípio, fim ou meio), da *existência* (afirma a superioridade do que existe, do que é atual, do que é real, sobre o possível, o eventual, o impossível), da *essência* (dá-se valor aos indivíduos enquanto representantes bem caracterizados dessa essência, da função ou do padrão) e da *pessoa* (os valores da pessoa são vinculados à sua dignidade, ao seu mérito, à sua autonomia, ao que é feito com esforço e com cuidado).

Para a presente exposição, interessam mais de perto os *lugares da essência*, que podemos aproximar às noções de modelo/anti-modelo, exemplo e ilustração na teoria perelmaniana, assim como os *lugares da pessoa*, que remetem à questão do ato e da pessoa. Quando os protagonistas de uma negociação não confrontam mais seus discursos à realidade dos fatos, nenhuma compreensão entre eles se torna recíproca ou reversível. Exemplos dessa natureza são abundantes na esfera política e em outras, em que esta distância ato-pessoa se alarga.

A Nova Retórica, assim chamada *Teoria da Argumentação*, por Perelman e Olbrechts-Tyteca, conferindo o nome ao

próprio *Tratado*, ao partir do conceito de razoabilidade, que seria uma espécie de terceira via, por lidar com a razão prática, com uma lógica de julgamento de valores, situa-se sob uma dimensão comunicativa e não apenas formal ou instrumental e tecnicista. A reformulação do conceito de razão e de racionalidade trouxe um novo papel para a retórica no estudo da argumentação, o que reativou o interesse por seu estudo e aplicação. Esta postura epistemológica abre-se para a consideração da diversidade e da diferença, especialmente no que toca ao tratamento do auditório ou audiência, em que o outro (o destinatário) se torna o pivô das propostas e seu principal alvo. Ele adquire, então, o estatuto de um autêntico sujeito coletivo, em termos semióticos, um todo que como tal manifesta uma identidade própria que transcende a individualidade de que se compõe. Daí poder-se entender as reações do público, as emoções e comoções coletivas, que podem ir da consagração às vaias e chegar mesmo a atos de rebeldia e a manifestações de violência e agressão físicas. Ao procurar compreender como as pessoas raciocinam sobre a justiça, Perelman lança os fundamentos de uma retórica jurídica, baseada numa teoria da argumentação.

A Nova Retórica irá introduzir outras perspectivas, fundamentadas na noção de *valor* e de *razão prática*, colocando em equilíbrio e harmonia o que muitas vezes se viu de forma opositiva.

Outras abordagens da argumentação também não tomam o raciocínio formal como único válido: Toulmin, na mesma data em que Perelman publicava o seu tratado, em sua obra *The Uses of argument* (1958) intenta explicar o raciocínio ético, numa perspectiva mais ampla de raciocínio não formal. Hamblin, por sua vez, em sua obra de 1970 (*Fallacies*) opõe o saber convencional à existência das falácias, dentro de uma perspectiva diferente da lógica formal. Na França, Ducrot, ao considerar os pressupostos e subentendidos em sua semântica argumentativa e fazer as distinções entre o dizer e o dito, além de mostrar as escalas argumentativas possibilita-

das pela própria língua, propiciou um avanço significativo para os estudos da argumentação. O grupo de Liège, na Bélgica, conhecido como Grupo ?, revê o papel argumentativo das figuras e, mais recentemente, a sua função cognitiva, sob a perspectiva dos estudos que se desenvolvem nessa linha, sobretudo a partir da década de 80. Enfim, o estudo das figuras, sempre central na retórica, vem recebendo novas luzes, trazidas pelos estudos mais recentes. O enfoque argumentativo mostra, por exemplo, que evitar afrontar uma questão diretamente, pela evasiva, é também uma técnica argumentativa; a figura da alusão faz apelo a elementos de acordo e de partilha, à memória e ao repertório do auditório. Estes e outros casos apontam o fato de que a figura, compreendida em sua função argumentativa, assume outras funções, que não a de puro ornato, como era vista em algumas fases da retórica, assim denominada “retórica restrita”. De fato, o que levou por muito tempo a um descrédito da retórica foi a ênfase colocada no uso das figuras, que apareciam como algo postiço ou como acréscimo no plano de expressão. O equilíbrio entre as partes do sistema retórico, postulado em suas origens, e que compreendia a *inventio* (o repertório dos temas, os *topoi*), a *dispositio* (o arranjo e a articulação daqueles), a *elocutio* (a expressão), a *actio* (a cenarização e os movimentos, gestos, voz e demais elementos), acrescidos posteriormente da *memoria*, ficara reduzido ao plano da manifestação, uma vez que as demais partes tinham-se atrofiado. Durante parte de sua história, em algumas culturas, a retórica ficou assim confinada ao estudo das figuras, projetando a imagem de algo supérfluo e de discurso vazio. Longe estava do que Aristóteles havia sistematizado em seus trabalhos. Não é senão com o questionamento sobre o racionalismo cartesiano do século das luzes e o embate contra o positivismo do final do séc. XIX e prolongamentos no século XX, que o reexame das antigas teorias recolocaram a Retórica nos seus legítimos trilhos, redimensionando as suas funções e apontando o seu alcance nas práticas sociais do mundo contemporâneo.

O grupo da pragma-dialética, da Universidade de Amsterdã, liderado por Frans van Eemeren, descreve as normas subjacentes a uma boa discussão crítica, indicando os desequilíbrios causados pelas principais violações a esses princípios. Entre muitas, cabe citar a *falácia ética*, que consiste no fato de o orador/falante vangloria-se de suas próprias qualidades, num abuso de autoridade; a *falácia patética*, em que há o apelo aos sentimentos alheios indevidamente. Christian Plantin e o grupo de Lyon atuam numa perspectiva de comunicação interativa em cenários informais, tendo a argumentação como ponto de partida. Para Plantin, a argumentação é essencialmente uma práxis e não um exercício puramente especulativo, uma vez que se trata de influenciar o outro e de fazer pressão (impressão) sobre ele. Catherine Orecchioni, da Universidade de Lyon II, em seu livro *Análise da Conversação* (orig. 1996), no capítulo relativo à polidez, em que faz um balanço sobre a necessidade de considerar esse fator como fundamental na “gestão harmoniosa da relação interpessoal” (p.93), aponta o fato de que não é de bom tom o elogio a si próprio e de que a sua ocorrência vem socialmente mitigada pela lei da modéstia, para que não seja sentido como expressão de superioridade em relação ao outro da troca comunicativa. Como tudo isto se combina e entrosa para uma melhor compreensão do processo argumentativo ?

A tentativa, em nossos dias, é a de chegar a um modelo integrador, sem perda das respectivas identidades. Com os avanços dos estudos do discurso, as intersecções entre as disciplinas foram sendo bem acolhidas e as abordagens interdisciplinares encorajadas, como sinal dos novos tempos. A internacionalização das pesquisas é também uma característica atual.

Conforme se pode observar, o “estado da arte” no que toca à argumentação é a coexistência de várias abordagens, que diferem na conceituação, na finalidade e no grau de refinamento teórico. Todas, porém, não se limitam ao enfoque lógico e incluem a perspectiva pragmática. Conforme se pode

depreender, deu-se todo um movimento de renovação nos estudos contemporâneos voltados para a Retórica e, como parte dela, para os estudos da teoria da argumentação. Sendo o seu objeto o discurso, em toda a diversidade de suas manifestações, ela dialoga com as demais disciplinas que dele se ocupam, segundo as diferentes ênfases a que se aplicam. Para Barilli (1980, p.158) a nova função da retórica é identificada com o “fazer-nos tomar consciência do discurso”.

Michel Meyer e os continuadores de Perelman desenvolveram, a partir de alguns postulados, os trâmites envolvidos nas negociações, conceito hoje utilizado em vários campos das ciências humanas. Pode-se mesmo fazer confluir o conceito de negociação para o de argumentação. Nesta sempre se negocia o sentido. Para Meyer, trata-se de diminuir as distâncias entre os sujeitos, o que equivale a dizer, aplainar as diferenças a fim de chegar a um termo satisfatório e eficaz. Entra aí a questão da identidade, uma vez que concessões mútuas se dão, resguardando-se tanto quanto possível as identidades em jogo. É neste ponto que a retórica funciona como mediadora, não só na produção de falas competentes, como também no reconhecimento das principais estratégias de construção das diversas modalidades discursivas. Este é o caminho mais seguro nas negociações para desvencilhar-se das possíveis armadilhas, ditadas pelos interesses antagônicos em jogo. A construção retórica se dá, portanto, nas duas pontas, como produção e como leitura. Assim como se dá uma construção retórica do mundo, dá-se também uma leitura retórica do mesmo, estando a retoricidade sempre presente neste “ser/estar no mundo”. É por isso que não se pode prescindir dela, não ocorrendo situação alguma em que o seu grau seja zero.

Se hoje já não falamos em *adversários*, tal como os velhos manuais e dicionários de retórica e de estilo apontavam, mas em *oponentes* e até mesmo em *parceiros*, isto se deve ao fato de as negociações serem vistas como interlocuções ou como argumentações do tipo colaborativo, em que não há

perdedores ou ganhadores, mas soluções a encontrar. O discurso deliberativo, de que tratava a velha retórica, encontra aqui o seu campo adequado, uma vez que o útil, o benéfico, o bem-estar da coletividade são desejados e procurados. Haja vista a observação da razão social das empresas, hoje considerada importante para a recepção de investimentos e determinante de boa parte de seu êxito. Em última análise, os empreendimentos, quer de ordem estatal, quer de ordem privada, estarão sob o olhar crítico da sociedade, visto que o paradigma atual da economia deve necessariamente incluir preocupações que vão além do estritamente racional. Elementos da ordem do imprevisível, do comportamental, das preferências e paixões são muitas vezes determinantes. Tal é o caso da confiabilidade e da esperança que alicerçam os mais diferentes trâmites. O discurso jurídico ou forense, modalidade bastante prestigiada na antiguidade greco-latina, deu início ao exercício da Retórica, na tentativa do uso da palavra em lugar da força física e da violência, na recuperação das terras em poder de invasores. Por sua vez, o discurso epidítico, de louvor ou de censura, sempre teve em todas as épocas o seu cultivo, dada a própria natureza do ser humano, que se compraz nas homenagens, em discursos de ocasião, nas mais diversas manifestações rituais ou em atitudes de protesto e de insurgência. Perelman dá grande ênfase a este tipo de discurso, citando no *Tratado* o caso de uma homilia, que resultou numa revolta, pois as referências ao falecido despertaram nos ouvintes uma atitude de rebeldia, não tendo uma função puramente estética.

Evidentemente, quando há interesses em jogo, questões de prestígio e jogo de influências, conta-se com elementos adversos, contudo numa situação de confronto há que fazer concessões e, mais que isto, correr riscos, aceitando a possibilidade do erro, do equívoco e de ser alvo de juízo crítico. Num processo de negociação pode-se mesmo chegar a um rearranjo dos sistemas já aceitos ou a soluções inteiramente imprevistas. A argumentação funciona, então, como um meio

de aferir se aquilo em que crêem é viável, a ponto de as partes poderem tomar decisões dela decorrentes. Para tanto, há de haver das partes a aquiescência para ouvir e, igualmente, para aceitar ser convencido.

Esse processo não é isento de agressões à face, de desqualificações e de manipulações bastante sutis, já que as situações são sempre de natureza polêmica, envolvendo um jogo de forças. O processo de desqualificação, por exemplo, ultrapassa as prescrições estabelecidas pela ética, pelo sistema de valores, como é o caso do argumento *ad hominem*, do *ad personam*. e outros semelhantes. É quando ao invés de os argumentos se voltarem para o objeto em questão (*ad rem*), voltarem-se para as pessoas implicadas na contenda, apontando falhas de seu caráter, de sua conduta. Os casos mais graves são previstos pelo quadro jurídico, como é o caso da calúnia e da difamação. Não estão ausentes, de igual modo, as perversidades, tais como a má fé, a falsidade ideológica e outros artifícios que a inventividade humana é capaz de produzir.

Não há por que dissimular essa situação, uma vez que é uma ilusão negar a existência do conflito e pensar em poder eliminá-lo de vez, como adverte Paul Ricoeur em *Interpretação e Ideologias* (1988, p.158). A argumentação participativa ou a discussão crítica, entretanto, procuram se dar dentro dos processos democráticos, tão duramente conquistados ao longo da história dos povos e muitas vezes ainda abalados em nossos dias. Como bem se sabe, no exercício do poder há escolhas, priorizações, decisões políticas que se revestem de uma natureza irreduzivelmente polêmica e conflitual. Ficam banidos, contudo, a força física, as pressões e as coerções referentes ao corpo, como os sequestros, a manutenção de reféns, os atentados, o estupro, enfim, os atos de violência. É assunto que toca à Retórica, uma vez que a mediação se dá pela competência argumentativa, que procurará aplainar as diferenças, por vias da justa medida (não é o caso de falar em tolerância) e da consideração da identidade do outro. A argumentação está ligada à idéia de liberdade de pensar, de expri-

mir o pensamento e de contradizer o pensamento do outro. Entretanto, ela só será eficaz quando este outro a aceita e lhe dá a sua adesão. Foi, então persuadido, completando-se o circuito. As situações de negociação requerem, pois, um constante trabalho de ajustamento e de acomodações. É o que intenta fazer a diplomacia através dos canais legais, evitando a todo custo as intervenções da força física e sim da força de persuasão verbal.

Cabe considerar que há pseudo-tipos de negociação, bem diferentes daquela que pretende fazer os protagonistas entrarem num acordo, de que poderá resultar um pacto, com um compromisso entre as partes. Na negociação de tipo interativo, a finalidade é a de superar uma divergência e de produzir uma decisão partilhada, em que se procuram resultados satisfatórios para as partes envolvidas.

Como se pode observar, vários componentes se superpõem: o apodítico (a demonstração), o retórico, o dialético (em relação direta com o retórico), o poético, o político e o ético. A grande dificuldade hoje é a de separar o político do econômico. Pode-se discutir o estatuto de estabilidade das verdades científicas, submetidas que são às circunstâncias e aos sistemas vigentes, aos paradigmas. Também é possível que o ético possa vir a estetizar-se. De fato, na visão dos gregos, o belo e o bom coincidiam. Pode-se, assim, considerar uma tridimensionalidade para a Retórica/Argumentação: dialética (ligada aos objetivos do *logos*: compreender, sustentar, justificar, refutar), ética (na dependência do *ethos*: representar, legitimar, viabilizar) e estética (resultante do *pathos*: expressar, impressionar, motivar). Para Aristóteles, a retórica aliava-se à Poiesis, porque é também criação e pressupõe a invenção de uma nova forma de atingir o fim desejado. Ela era uma forma de poética, uma vez que persuadir seria também agradar (*deletare*), escolher os recursos mais expressivos para fazê-lo. Está aí uma dimensão estética da Retórica/Argumentação. Seria esta uma forma de eufemização do mundo, como parte de um reencantamento, como se afirma em

várias ciências humanas da atualidade, tais como em Mafezoli, Gilbert Durand , Baudrillard e outros). Vê-se na poesia uma forma de apreensão da realidade, a possibilidade de entrever as coisas na sua dimensão própria. A esse respeito, gostaria de citar as palavras de Saramago :

Não falta por aí, nunca faltou, quem afirme que os poetas verdadeiramente não são indispensáveis, e eu pergunto o que seria de todos nós se não viesse a poesia ajudar-nos a compreender o quão pouca claridade têm as coisas a que chamamos claras  
(A Jangada de Pedra, p.304).

Vejam os um excelente exemplo da atualidade, em que um fato desta natureza, de estetização do ético se deu à vista de milhões de telespectadores, que perplexos tiveram a oportunidade de misturar as várias esferas. Foi assim que o jornalista francês, Jacques Drillon, em artigo publicado na revista *Le Nouvel Observateur* se referiu ao episódio da partida de futebol com o Brasil, em que o jogador Zinedine Zidane golpeou o peito do oponente que o insultara : “A nitidez do embate, a limpidez controlada de seu caráter voluntário eleva a cena a uma beleza ética”. Esta afirmação, reproduzida por Jorge Coli, historiador da arte, no artigo por ele intitulado “A cólera de Aquiles”, publicado no Caderno MAIS do jornal *Folha de São Paulo*, de 23/07/06, deu origem a outros desdobramentos na mesma direção:

Mas a cólera de Zidane não se amesquinha. Ele prefere a exposição franca. Zidane adiantou-se com uma pequena corrida, traçando um semicírculo. Voltou-se. Diante do mundo inteiro, sem disfarce, sem vulgaridade, abaixou a cabeça e, com precisão, golpeou o peito do oponente. A nitidez do embate, a limpidez controlada de seu caráter voluntário eleva a cena a uma beleza ética.

Pode-se ver que, neste caso, o conflito inicial dissolveu-se para a opinião pública: a cólera transformou-se num ato grandioso, mítico quase, insinuado pela figura emblemática de Aquiles. Não se poderia julgar o protagonista da cena futebolística sem a consideração da beleza do ato em sua plasticidade e do conjunto das atitudes que caracterizam a sua personalidade. O cineasta e crítico italiano, Pasolini, fez uma leitura semiótica do futebol, apresentando-o como uma prosa poética, em que caracteriza com valores estéticos os principais lances do futebol.

Também o discurso publicitário pode exemplificar o fato de que se trata de um texto verbo-visual, comprometido com uma estética e que é portador de valores (incitação de comportamentos desejáveis, aspirações etc), quer concordemos ou não com eles. Numa página publicitária de um produto de beleza feminino, explora-se esse aspecto, sobrepondo-se a um *close* de rosto de mulher, uma expressão de Platão, aspeada, cumprindo a função de uma epígrafe: “A beleza, o esplendor da verdade” a que se segue um texto com a rubrica de uma publicitária, unindo as duas categorias:

Beleza e verdade devem andar juntas.

Você não precisa ser jovem de novo para ser bonita. Essa é a verdade.

A fórmula mágica que faz você voltar no tempo não existe. Mas existe uma fórmula que faz você bonita por mais tempo.

Por outro lado, em algumas práticas sociais da atualidade (como a do mundo *fashion*), os termos *conduta*, *atitude* trazem à tona uma relação do estético com comportamentos éticos, fundindo-se as duas esferas. Esta seria uma forma de minimizar os conflitos, numa sociedade como a nossa, de grandes desigualdades. Alguns estilistas fazem inclusive questão de mostrar essa contradição nas passarelas (caso do mineiro

Ronaldo Fraga), fazendo-se contestadores e até mesmo panfletários.

Ao falar em estetização do ético, pensamos também numa forma de convivialidade, que torna possível evitar as rupturas e manter vivas as formas de diálogo, necessárias a todo tipo de argumentação cooperativa. É uma espécie de salvaguarda para a natureza humana, sujeita a falhas e a deslizes, um corretivo enfim, de todas as nossas imperfeições. A estetização viria minimizar uma situação de confronto, em que as hostilidades se fazem presentes. Abrem-se possibilidades alternativas e modos de pensar a realidade, quando se reflete sobre as implicações de uma ou outra escolha, de um determinado ponto de vista, de uma preferência, de um desejo ou aspiração. Expressões como “estamos todos no mesmo barco” metaforizam essa situação e apontam para o fato de que onde há conflito, também pode haver acordo. Para isto, cabe estar sensibilizado para as possíveis saídas diante do emaranhado a que estamos expostos e de que somos parte, a *mise en discours* e a textualização não nos dando senão uma parte deste universo.

Ética e responsabilidade não deixam de ser uma maneira de fazer política. Há uma ética pública que se torna um fato político, no sentido de Bem Comum, tal como está sendo por nós compreendido aqui e que tomamos ao saber de nossos antepassados.

Com a democratização, o habitante da *polis* grega ganhava o direito de defender nas assembleias suas opiniões sobre os caminhos que aquela deveria tomar nas questões políticas e sociais, configurando a idéia de cidadania.

Influência, poder, decisão, ação pela palavra, formação de opinião continuam a ser termos-chave nas práticas sociais discursivas da contemporaneidade, podendo-se falar numa *atitude retórica*, em que são convocadas várias dimensões, consistindo numa estratégia global : a dimensão textual, a interacional mediante a troca, a emocional, com os ele-

mentos provindos da sensibilidade. São esses pilares que estão na base da argumentação, em que as barreiras são muitas, pois “mexe” não só com a racionalidade, com o entendimento, mas com as vontades e desejos envolvidos.

A cláusula da confiança é, pois, a base de todo acordo e, aliado a ela tem-se a credibilidade. Por todas essas razões, a Retórica/Argumentação em nossos dias não se aparta das questões da ética. O trajeto que aqui fizemos mostra a relação entre identidade (que toca ao sujeito e ao seu *ethos*), valor e ética, mediados pela competência argumentativa. Diante de tudo isto, não podemos nos furtar à questão do pessimismo. É frequente, nas análises dos panoramas atuais da economia e da política, fazer-se um balanço daquilo que pensam os otimistas e os pessimistas, havendo alternativas acerca dos mesmos fatos e de suas representações. Não se pode, entretanto, esquecer que se se deseja construir uma sociedade menos injusta, baseada na confiança e na reciprocidade, tem-se que descartar o pessimismo e propor novas atitudes e aspirações. Neste sentido, a Retórica liga-se a uma teoria da ação sobre as mentes, sobre o mundo, sem a qual ela não seria senão um discurso vazio.

## BIBLIOGRAFIA

- ARISTÓTELES. *Nicomachean Ethics*. Chicago: Encyclopaedia Britannica Inc, 1952, Volume II.
- \_\_\_\_\_. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional/casa da Moeda, s/d.
- BARILLI, Renato. *Curso de Estética*. Lisboa: Ed. Estampa, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Retórica*. Lisboa: Presença, 1985.
- DUCROT, O. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Provar e Dizer*. Linguagem e Lógica. São Paulo: Global, 1981.
- EEMEREN, Frans H. van et alii. *Argumentative Indicators in Discourse*. Dordrecht: Springer, 2007.
- GROUPE. *Traité du signe visuel. Pour une rhétorique de l'image*. Paris: Seuil, 1992.

- \_\_\_\_\_. Structure et rhétorique du signe iconique. In: PARRET, H. e RUPRECHT, H.G. *Exigences et Perspectives de la Sémiotique*. Recueil d'hommages à A.J. Greimas. John Benjamins, T. II, 1985, P. 449-462.
- HAMBLIN, C.L. *Fallacies*. London: Methuen, 1970.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Cath. *Análise da Conversação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 (orig. 1996).
- KOREN, R. *Les enjeux éthiques de l'écriture de presse*. Paris: L'Harmattan, 1996.
- MEYER, Michel. *A Retórica*. São Paulo: Ed. Ática, 2007 (orig. 2004).
- \_\_\_\_\_. *Questões de Retórica: Linguagem, Razão e Sedução*. Lisboa, Ed. 70, 1998 [orig. *Questions de rhétorique: langage, raison et séduction*. Paris. Libr. Générale Française, 1993].
- \_\_\_\_\_. (org.) *De la métaphysique à la rhétorique*. Essais à la mémoire de Chaïm Perelman. Bruxelles: Ed. de l'Université de Bruxelles, 1986.
- MOSCA, Lineide (org.) *Retóricas de ontem e de Hoje*. 3ª ed. São Paulo, Humanitas, 2004.
- \_\_\_\_\_. A teoria perelmaniana e a questão da afetividade. In: Chagas Oliveira, Eduardo (org.) *Chaïm Perelman: Direito, Retórica e Teoria da Argumentação*. Feira de Santana: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Filosofia/ Universidade estadual de Feira de Santana, 2004, p. 129-140.
- \_\_\_\_\_. A atualidade da retórica e seus estudos : encontros e desencontros. *I Congresso Virtual da Universidade de Lisboa sobre Retórica* (Departamento de Literaturas Românicas), CD-ROM, 2005 (Conferência de abertura).
- PARRET, Herman. *A Estética da Comunicação*. Além da Pragmática. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.
- PERELMAN, Chaïm. *Lógica Jurídica*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. [orig. *Logique juridique*. Paris: Dalloz-Sirey, 1979].
- \_\_\_\_\_. *O Império Retórico. Retórica e Argumentação*. Porto, Ed. ASA, 1993 [orig. *L'Empire Rhétorique*. Paris, Vrin, 1977].

\_\_\_\_\_. e TYTECA, L.O. *Tratado da Argumentação. A Nova Retórica*. São Paulo, Martins Fontes, 1996. [orig. *Traité de l'argumentation. La nouvelle Rhétorique*. Paris, PUF, 1958].

PLANTIN, Christian. La argumentación entre enunciación e interacción. *Escritos 17/18*, Revista del Centro de Ciencias del Lenguaje, México, 1999, p.07-21.

\_\_\_\_\_. *A Argumentação*. São Paulo : Parábola, 2008 (orig. 2005).

RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

TOULMIN, S. *The Uses of Argument*. Cambridge/ Massachusetts : Cambridge University Press, 1958.

**ABSTRACT:** Throughout its journey, the reflection upon Rhetorics, aiming at an evaluation of its present state of affairs, closely touches the question of its nature, its limits and its reach. Several functions have been given to it, according to different ways of thinking the world and the things, i.e., following different paradigms. Restrictions and enlargements have been responsible for crises and questionings or have brought high points and even excessive valorizations. Rhetorics has been tested by the same principles which internally steer it and which are part of its own nature: a propitious field to controversy, to discussion, to debate and, consequently, to opinion formation. Hence, it is not strange that it has been the stage of divergences, of beliefs/disbeliefs, of acceptance/rejection. This scenario brings the present study to a *mise au point* which highlights the basic points on which it has been based, along with its history, and which are responsible for its continuous blossom, for the vitality it takes advantage of at the present - not only due to its theoretical character (as a discourse theory), but also to its practical one (discourse construction and elaboration in its several modalities). The questions about identity take us to notions, which are expensive to Rhetorics, such as common sense, sharing of values, adherence and the like. Our objective is to show that the place of confrontation of intersubjectivities, typical of argumentation, is also a place of values, of possibilities in terms of change and interaction. Today, we are very close to Rhetorics' original concepts and its system of integrated principles. As an action about understanding and will, it conjoins the intellectual and affective capacities, treating them as indissociable, being it one of its biggest strengths at the present.

**Keywords:** Discourse; Rhetorics; Argumentation; Persuasion; Negotiation; Agreement.